

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE LETRAS

FILIPi SANTOS CORREA

**A CONSTRUÇÃO DA LUSITANIDADE E A EXALTAÇÃO NACIONAL À LUZ
DE *OS LUSÍADAS* E *MENSAGEM***

PORTO ALEGRE

2018

FILIPPI SANTOS CORREA

**A CONSTRUÇÃO DA LUSITANIDADE E A EXALTAÇÃO NACIONAL À LUZ
DE *OS LUSÍADAS* E *MENSAGEM***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Regina Zilberman

PORTO ALEGRE

2018

AGRADECIMENTOS

A Deus, em quem mantive minha fé firmada e que me sustentou nas adversidades e alegrias ao longo do curso.

A Ruil, a quem não somente agradeço, mas dedico o presente Trabalho de Conclusão de Curso como um pequeno gesto de gratidão pelo grande homem que foi. Gostaria que estivesse aqui para comigo se alegrar mais uma vez, vô.

À Elizabeth, que sempre deixava à minha espera um prato bem servido. Agradeço pela moradia e pelo auxílio de sempre, vô.

A meus pais, Luciane e Gastão, que comigo choraram e se alegraram muitas vezes ao longo desses quatro anos e meio de graduação. Obrigado pelos conselhos, pelas repreensões, pelas lutas e vitórias que juntos enfrentamos e conquistamos.

À Maria Elizah, minha aluna preferida.

À Ana Paula, minha parceira confidente, que me acompanhou durante toda a graduação, incentivando-me e tornando essa trajetória mais fácil de ser trilhada. Obrigado pelo carinho, amor e compreensão.

Aos colegas de curso Bruno, Gabriel, Tomás, João, Giulia, Karen, Esther e tantos outros que tornaram mais alegres os meus dias no *campus*. Obrigado, amigos!

À Regina, minha orientadora. Obrigado pela confiança e pelo auxílio prestado, sempre de maneira competente e dedicada.

À Jane Tutikian, professora de importância decisiva em meu preparo para a seleção ao programa de bolsas de mobilidade acadêmica da universidade.

Ao corpo docente e aos funcionários do Instituto de Letras estendo os meus cumprimentos!

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca analisar o caráter constitutivo social português desempenhado pela literatura, através das obras *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, e *Mensagem*, de Fernando Pessoa. Para tal, o poema épico camoniano, datado do século XVI, será colocado em contraste com a epopeia moderna pessoana, do século XX, a fim de identificar de que maneira se constrói a lusitanidade face aos diferentes contextos históricos e realidades vivenciados pelo povo português. A exaltação nacional é um tema recorrente em ambas as obras, contudo é manifestada de formas distintas. Evidenciar tais formas, nuances e particularidades das escolhas de cada autor será o propósito analítico maior do trabalho que segue.

Palavras-chave: Lusitanidade; Luís de Camões; Fernando Pessoa; Literatura Portuguesa; Epopeia.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the role played by literature when shaping Portugal's society, through the literary works *Os Lusíadas*, by Luís de Camões, and *Mensagem*, by Fernando Pessoa. For this purpose, the Camonian epic poem, from the 16th century, will be contrasted with Pessoa's modern epic poem, from the 20th century, in order to identify how a Lusitanian identity was constructed, facing different historical contexts and realities. National exaltation is a recurring theme in both works, though they are manifested in different ways. The major analytical purpose of the work that follows is to highlight such nuances and particularities of each author.

Keywords: Lusitanity; Luís de Camões; Fernando Pessoa; Portuguese Literature; Epic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 COTEJO ENTRE AS OBRAS	9
1.1 A Epopeia	9
1.2 Ulisses.....	13
1.3 Viriato.....	14
1.4 D. Afonso Henriques	15
1.5 D. Teresa de Leão	17
1.6 D. Dinis.....	18
1.7 A Dinastia de Avis.....	20
1.8 D. Nuno Álvares Pereira.....	21
1.9 Adamastor e o Mostrengo.....	23
1.9.1 Afonso de Albuquerque.....	24
1.9.2 Os outros de Pessoa	25
1.9.2.1 Gonçalo Annes Bandarra.....	25
1.9.2.2 Antonio Vieira	27
1.9.2.3 Fernando Pessoa: o profeta.....	28
1.9.3 Os outros de Camões	29
1.9.3.1 Inês de Castro	29
2 ANÁLISE DOS PERCURSOS E RESULTADOS DAS OBRAS	32
2.1 <i>Os Lusíadas</i>	32
2.2 Mensagem.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	43

INTRODUÇÃO

Das características fundamentais da arte, a projeção do âmago do artista no material estético e a relação estabelecida entre o objeto e o seu interlocutor destacam-se e abrem as portas para um universo que transcende a decodificação de elementos, levando-nos a um lugar de reflexão, questionamento, desconstrução e reestruturação filosófica e sociológica. A literatura demonstra esses movimentos e evidencia seu poder social influente.

Acerca do caráter primeiro postulado – a externalização da alma artística – percebe-se a existência de um discurso que não é isento, neutro ou imparcial, pois emerge de um ser que carrega consigo vivências particulares, êxitos e frustrações que o constituem como indivíduo. Ao trabalho que transcorrerá, é fundamental tal concepção de análise discursiva manifestada na arte, aqui, especificamente representada pela literatura. No que se refere à supracitada segunda característica fundamental da arte – a relação entre a obra e o leitor –, verifica-se o profundo impacto social, por vezes manifestado explicitamente, como no célebre processo judicial movido contra Gustave Flaubert, pela publicação de *Madame Bovary*. O julgamento, embora movido pela censura, trazia à tona o debate acerca da relação e dos impactos da arte naquele quadro social. Por outro lado, esse impacto pode-se apresentar de forma silenciosa e gradativa, como verificado nas fábulas moralizadoras dos irmãos Jacob e Wilhelm Grimm, por exemplo. Nesse caso, a construção e a consolidação de valores atuam como protagonistas no lugar do embate processual. Ou seja, para além de abarcar um discurso permeado de valores ideológicos, a literatura atua de forma decisiva na construção do caráter social e cultural de cada indivíduo, direta ou indiretamente.

Fruto de uma pesquisa iniciada no segundo semestre de 2016, com a participação do programa de mobilidade acadêmica oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para Portugal, o presente trabalho está embebido das experiências socioculturais agregadas durante minha temporada de estudos na Universidade de Coimbra. Retornado ao Brasil, em 2017, com a participação no projeto de Iniciação Científica, sob orientação de Regina Zilberman, foram elencados os autores e suas respectivas obras que serviriam de insumo à empreitada analítica. Dessa maneira, foram tomadas as obras *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, e *Mensagem*, de Fernando Pessoa, com vistas em analisar de que forma se constrói a lusitanidade – o acentuado

caráter nacionalista português remanescente na contemporaneidade. Para tal, *Mensagem* foi tomada como a epopeia da modernidade lusitana, sendo contrastada com a obra camoniana, visando conjugar os significados, contextualizando-os historicamente e identificando os frutos gerados pelos impactos da literatura no imaginário social português.

1 COTEJO ENTRE AS OBRAS

Luís de Camões e Fernando Pessoa narraram, cada qual à sua maneira, os feitos e as glórias portuguesas em marcantes obras da literatura mundial. Foram ambos gigantes porta-vozes de tal forma, que seus versos ecoam ainda hoje com valorosa relevância ao sentimento nacional português. Sem dúvidas, *Os Lusíadas* e *Mensagem* destacam-se como sendo aquilo de mais expressivo composto pelos poetas. Alguns dos pontos de contato, implícitos e explícitos, entre as obras serão contemplados neste trabalho, a fim, para além de contrastar os episódios em comum apresentados, de elucidar como a exaltação portuguesa está dada e de que forma esse elemento contribui para o fortalecimento do imaginário social.

1.1 A epopeia

Antes de adentrar nesse mar de intertextualidades e valorações na construção do caráter social português, tomemos como ponto de partida um elemento precedente, digamos assim, ao texto – um elemento externo ao conteúdo, mas que veicula significados importantes para o firmamento sólido das interpretações aqui trazidas: a *forma*. A opção por uma epopeia, um texto versificado de caráter fundacional, de louvor e engrandecimento de um povo, não aparece despropositada em ambas as obras e é um interessante marco analítico inicial.

Ilíada, *Odisseia* e *Eneida* – epopeias que simbolizam clássicas manifestações literárias da humanidade, dotadas de grande beleza e complexibilidade composicional, são as fontes nas quais bebe Camões. Todo grande império precisa de um grande poeta para cantar a sua história – alguém a fundar verdades e recriar o mundo conhecido. Assim fora com Grécia e Roma, e viria a ser com Portugal, através desse icônico poeta.

Cessem do sábio Grego e do Troiano

As navegações grandes que fizeram;

Cale-se de Alexandro e de Trajano

A fama das vitórias que tiveram;

Que eu canto o peito ilustre Lusitano,

A quem Neptuno e Marte obedeceram.

Cesse tudo o que a Musa antiga canta,

Que outro valor mais alto se alevanta.

(CAMÕES, 1975, p.69).

Camões inaugura a epopeia portuguesa atestando uma grandeza jamais vista em glória tamanha, portanto convém que cessem todos os demais hinos de louvor a reinos outros, pois Portugal haveria de se mostrar maior e mais pujante. Atentemos às escolhas e aos caminhos trilhados pelo autor desde o início da obra – escolhas que refletem e ecoam ao longo de todo o poema, conferindo a *Os Lusíadas* nuanças particulares.

Tal qual *Ilíada*, *Odisseia* e *Eneida* narraram os grandes feitos de, respectivamente, Aquiles, Odisseu e Eneias, heroicizando suas nações na imagem de um herói, a obra camoniana não canta tão somente as glórias de Vasco da Gama, mas sim as do povo português. Exhaustivamente trabalhada em artigos acadêmicos, teses e dissertações, a constituição de Portugal como o grande herói narrado na epopeia de Camões é um consenso firmado. A proposição desse poema épico, de antemão, assegura o enfoque ao *peito ilustre Lusitano*, e não a um herói singular. O efeito de tal escolha para essa composição é a identificação do seu público-alvo, que vê, claramente, aberta a possibilidade de se encaixar nesse conjunto de heróis múltiplos, filhos da terra mãe portuguesa. Os elementos que se dão nos primeiros versos do poema não perdem força diante da extensão dos dez cantos, mas se fortalecem e crescem em expressão a cada verso, sendo essa uma característica essencial para que possamos conjecturar acerca do sentimento de pertencimento nacional, acerca da saudade perpétua e até mesmo acerca do sebastianismo apresentado posteriormente por Pessoa.

Camões viveu o período áureo português – o século XVI – das grandes navegações e da expansão marítima do império lusitano. Sua epopeia é publicada em 1572, dedicada ao jovem rei D. Sebastião. O entusiasmo era notável, e a gloriosa dinastia de Avis fomentava o sentimento de grandeza. D. Sebastião viria a desaparecer em 1578, na batalha de Alcácer Quibir, seis anos após a primeira tiragem de Camões. Portugal estaria sob domínio espanhol apenas em 1581. Ou seja, a obra fundadora da bravura portuguesa precede uma das maiores crises já enfrentadas pela coroa. É importante que tenhamos em mente o contexto¹ da composição de uma obra desse teor, especificamente. Suponhamos que a publicação de Camões viesse dez anos mais tarde;

¹ Sabidamente, está em cena uma série de interesses externos relevantes e decisivos a composição de *Os Lusíadas*, bem como se tem o conhecimento das dificuldades do autor em publicar sua obra. Contudo, não adentraremos tais pormenores, uma vez registrada em nota a enorme abrangência do referido contexto.

estariamos nós diante da mesma obra, ou melhor, teríamos ainda uma obra? A partir de tais questionamentos, é possível identificar a importância de *Os Lusíadas* em seu tempo e contexto específicos para a lusitanidade.

Seria impossível a Fernando Pessoa recriar o mesmo efeito da epopeia camoniana em seu tom de exaltação e enaltecimento tal qual fora feito em 1572 – e o autor não se propõe a tal. O que Pessoa fez foi guiar o seu leitor por uma narrativa que atravessa Camões em seu tempo e culmina em uma mensagem profética do poeta à lusa pátria. Ainda que não dividida em dez cantos compostos por decassílabos heroicos, a *Mensagem*, por partir de um núcleo histórico, é tida como uma epopeia moderna, composta por 44 poemas escritos entre os anos de 1913 e 1934, ano em que se dá a compilação das partes e a respectiva publicação livro.

A Europa jaz, posta nos cotovelos:

De Oriente a Ocidente jaz, fitando,

E toldam-lhe românticos cabelos

Olhos gregos, lembrando.

[...]

Fita, com olhar esfíngico e fatal,

O Ocidente, futuro do passado.

O rosto com que fita é Portugal.

(PESSOA, 2006, p. 37).

Escrito em 1928, o ponto de partida de Fernando Pessoa é outro, quando relacionado a *Os Lusíadas*, de Camões. Portugal é apresentado como a vanguarda europeia de outrora, isso é inegável, mas por quê? É evidente que o tom de exaltação a Portugal permanece, e nisso Pessoa não se diferencia de Camões; mas onde está o calar das nações várias para ouvir as glórias portuguesas? A casa de Avis fechou as suas portas com o desaparecimento de D. Sebastião, e a ruína batera à porta lusitana. Do domínio espanhol à implementação da república portuguesa, que dava os seus primeiros passos enquanto Pessoa compunha os poemas de sua epopeia, Portugal viveu tempos sombrios. Do protagonismo absoluto ao anonimato e passividade atormentadora de forma contínua – ininterrupta. Dessa forma, Fernando Pessoa precisava trilhar caminhos alternativos para inflamar o sentimento nacional.

Não bastava a *trazer à memória o que lhe dava esperança*² – não bastava memorar os grandes feitos passados. Era necessário justificar o presente e projetar o futuro. Especialmente no que se refere ao futuro, Pessoa apresenta o ressurgimento glorioso de Portugal de forma constante e contundente – o futuro *Quinto Império* é o reservado por Deus ao povo justo escolhido. Contudo, era impossível omitir o lastimável presente, embora tenha feito Pessoa tudo quanto lhe fora possível, sendo a prospecção de um amanhã melhor o cajado que sustentou o poeta/profeta em sua *Mensagem*.

Devidamente localizados em seus respectivos contextos, Camões e Pessoa, a partir de suas epopeias, constroem um ser português – lapidam meticulosamente, cada um à sua maneira, os detalhes da grandeza de Portugal. O poema épico possibilita esse acontecimento de forma mais eficaz do que qualquer outro gênero, daí a justificativa para a escolha de Pessoa, à primeira vista deslocada temporalmente – em dissonância com as correntes literárias de seu tempo – mas propositada e essencial às intenções do poeta. Camões, com o classicismo, ainda que temporalmente bastante distante de Homero, ou mesmo de Virgílio, viveu um período histórico oportuno para que alguém cantasse as glórias passadas e presentes. O suporte narrativo épico fora a acertada escolha. Fernando Pessoa, por sua vez, vale-se do distanciamento histórico dos fatos narrados para compor uma obra que aponta para duas direções: para o passado em suas glórias e grandes feitos, e para o futuro na proclamação do Quinto Império.

Observadas as devidas ressalvas – a serem discutidas adiante – as obras apresentam-se como ferramentas para um mesmo fim: a construção e a consolidação do sentimento nacional português. Nota-se que, a começar pelo mote, ambas se assemelham, resguardadas as suas nuances autorais e suas marcas contextuais. Evidentemente, não podemos tomá-las como obras mutuamente excludentes, mas o exercício de uma leitura contrastiva e complementar enriquece os parâmetros interpretativos do leitor, apresentando novos caminhos e possibilidades para a construção de sentido.

Conforme acima exemplificado, a dinâmica das análises será realizada a partir do contraste de trechos dos poemas, partindo sempre de um ponto comum entre ambos. No caso supracitado, o eixo norteador da análise foi o gênero textual adotado por

² Lamentações de Jeremias 3: 21.

Camões e Pessoa. A seguir, o foco cairá sobre os personagens-chave das obras, a fim de evidenciar as formas e as significações da presença de cada elemento dentro do todo narrativo.

1.2 Ulisses

O herói homérico da *Odisseia* é evocado por Fernando Pessoa como um dos primeiros personagens a figurar sua epopeia. O poema, intitulado com o nome do herói, é o terceiro da primeira parte da *Mensagem*. Pessoa joga com a realidade e com o mito – valendo-se da fundação de Lisboa pelo herói que, de fato, nunca existiu.

Este, que por aqui aportou,
Foi por não ser existindo.
Sem existir nos bastou.
Por não ter vindo foi vindo
E nos criou.
(PESSOA, 2006, p. 41).

Ao reino que teve o mar sob o seu domínio, ter o centro português fundado por um bravo herói navegador é extremamente conveniente – inflando o *ego* português e iniciando, dessa maneira, o processo de exaltação nacional dado ao longo de toda a epopeia.

Luís de Camões também não deixa passar em branco o regresso a Ítaca do herói da *Odisseia*. Nota-se a relevância desse mito para o imaginário português; dois dos seus maiores expoentes literários fizeram menção e, de certa forma, atestaram a veracidade de um dos precursores das glórias e do heroísmo lusitano. Vejamos um trecho da quinta estância do Canto VIII de *Os Lusíadas*:

Ulisses é, o que faz a santa casa
À Deusa que lhe dá língua facunda,
Que, se lá na Ásia Tróia insigne abrasa,
Cá na Europa Lisboa ingente funda.
(CAMÕES, 1975, p. 266).

Notemos que, ambos os poetas demonstram uma estrutura bastante semelhante em sua intenção de gerar uma identificação com o mito fundacional de Lisboa. Sutilmente, a mensagem a ser transmitida é a de que Portugal tem glórias a cantar desde

sua fundação. A Lisboa, porto das glórias do reino lusitano, descobridor outro não seria possível ou justo senão um grande herói, um nobre guerreiro que, tamanha a sua astúcia e virtudes, não foi capaz de existir nesse plano. Restou-lhe o mito – o mito para fundar a lusa grandeza.

1.3 Viriato

Com a figura de Viriato a predestinação portuguesa às glórias sem fim fica mais evidente. Camões, no Canto III, faz clara referência ao guerreiro líder da resistência aos romanos. Trazer os grandes feitos de um personagem do século II a.C., precedente ao reino português, é um grande acerto de Luís de Camões na construção do mito português.

Desta [ditosa pátria minha amada] o Pastor nasceu que no seu nome
Se vê que de homem forte os feitos teve,
Cuja fama ninguém virá que dome,
Pois a grande de Roma não se atreve.
(CAMÕES, 1975, p. 132).

O pastor de ovelhas que guerreiro se faz para defender o império do porvir também é contemplado por Fernando Pessoa. Atentemos aos elementos claros que indicam a exaltação e o louvor a um elemento – nesse caso um personagem – que é revertido à nação portuguesa. Dessa maneira, dizer que houve virtudes em Viriato é o mesmo que dizer há virtudes no povo português.

Se a alma que sente e faz conhece
Só porque lembra o que esqueceu,
Vivemos, raça, porque houvesse
Memória em nós do instinto teu.
(PESSOA, 2006, p. 42).

Antes mesmo de vir a ser reino de Portugal, a terra via a bravura e audácia notável de um legítimo português. Luís de Camões e Fernando Pessoa evocam o conceito de povo português através de *Viriato*. O líder guerrilheiro – terror do imbatível império romano – era português antes mesmo de Portugal. Olhando para o passado – desde o século II a.C. – o povo português encontra a grandeza necessária para firmar-se

e prospectar o futuro grandioso. O herói foi herói não pela bravura, astúcia, força ou determinação, mas por ter em si Portugal, o grande império.

1.4 D. Afonso Henriques

Acompanhando o considerável salto temporal dado por Pessoa, que, de Viriato, avança à fundação do reino português, passemos a D. Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal. Seria impossível imaginar uma epopeia portuguesa sem seu rei fundador elencado entre os demais notáveis nomes. Embora saibamos que a história de fundação do reino – a passagem de Condado Portucalense a reino de Portugal – não fora tão simples como a apresentada por Camões e Pessoa, a exaltação da grandeza portuguesa está presente em ambos – Luís de Camões em um viés narrativo histórico (ainda que tendencioso a D. Afonso Henriques) e Fernando Pessoa pendendo ao louvor poético de um exemplo de bravura que apenas Portugal poderia gerar.

N' *Os Lusíadas*, de São Mamede à batalha de Ourique, a trajetória de Afonso Henriques é contemplada. O recado camoniano alinha-se às crônicas portuguesas dos séculos XIV, de Pedro Afonso, XV, de Fernão Lopes, e XVI, de Rui de Pina, que no percurso de ascensão ao trono de Afonso Henriques pintam D. Teresa como um entrave à glória portuguesa.

[...]

O filho órfão deixava deserddado,
Dizendo que nas terras a grandeza
Do senhorio todo só sua era,
Porque, *pera* casar, seu pai lhas dera

Mas o príncipe Afonso (que destarte
Se chamava, do avô tomando o nome),
Vendo-se em suas terras não ter parte,
Que a mãe com seu marido as manda e come,
Fervendo-lhe no peito o duro Marte,
Imaginava consigo como as tome.

(CAMÕES, 1975, p. 134).

Dada a batalha de São Mamede, a D. Afonso Henriques pouco restava para que se fizesse rei, e Camões, mais uma vez em consonância com as tendenciosas supracitadas crônicas portuguesas dos anos de 1344, 1419 e 1504, retrata um rei aclamado pelo seu povo, feito rei por seus homens, na vitória sobre Ismar e os outros três reis mouros, nos campos de Ourique.

Com tal milagre [a aparição de Cristo a Afonso Henriques] os ânimos da gente

Portuguesa inflamados, levantavam

Por seu Rei natural este excelente

Príncipe, que do peito tanto amavam;

E diante do exército potente

Dos *immigos*, gritando, o céu tocavam,

Dizendo em alta voz: “Real, real,

Por Afonso, alto Rei de Portugal!”

(CAMÕES, 1975, p. 138).

Diferente de Camões, Fernando Pessoa não se volta à narração dos fatos, mas, na forma como constrói o seu poema, deixa bastante claro o seu posicionamento histórico escolhido e suas intenções com a menção ao pai da nacionalidade portuguesa:

Pai, foste cavaleiro.

Hoje a vigília é nossa.

Dá-nos o exemplo inteiro

E a tua força!

Dá, contra a hora em que, errada,

Novos infiéis vençam,

A bênção como espada,

A espada como bênção.

(PESSOA, 2006, p. 44).

Em termos estruturais, os trechos são bastante distintos, bem como as escolhas feitas pelos poetas. Porém, cada um à sua maneira, retratou D. Afonso Henriques sem abrir mão, em nenhum momento, de sua imagem positiva, nobre e vitoriosa. A forma como é veiculada a mensagem dentro da epopeia não interfere no fim pretendido. Tanto

em Camões quanto em Pessoa, Afonso Henriques é uma espécie de catalisador dos sonhos portugueses e da consumação das promessas divinas para Portugal.

1.5 D. Teresa de Leão

Ter uma rainha – uma mulher – como fundadora do grande império português não convinha ao processo de construção de uma identidade social de pujança, domínio e autoridade. Contudo, a história não deixa brechas para justificar as maquinações de Afonso Henriques contra a mãe, a fim de tomar o trono. Dessa forma, o povo português deveria escolher entre ter uma mulher – socialmente tida como frágil e incapaz – como fundadora, ou um filho usurpador, rebelde e inconstante.

Diante disso, Camões demonstra em sua obra o trunfo maior da arte: a verdade não limita a criação. Frente aos dois caminhos possíveis (a fundação por uma mulher, ou por um rebelde) o poeta cria uma nova trilha – fantasiosa, omissiva, tendenciosa, mas tomada como verdade constitutiva e de valor fundacional a uma nação. Em dois passos, Camões constrói uma Teresa de Leão que justifica os atos do filho.

Primeiro passo: o poeta admite o Condado Portucalense como posse de D. Henrique Borgonha e de D. Teresa, em uma construção de versos que coloca o conde em evidência, em detrimento da esposa. “Quis o Rei Castelhana que casado / Com Teresa, sua filha, o Conde fosse; / E com ela das terras tomou posse.” (CAMÕES, 1975, p. 133). Camões não nega os direitos de Teresa de Leão sobre o condado, porém, quem toma posse das terras é D. Henrique – o conde – ainda que em conjunto como a princesa lionesa, a evidência de poder e autoridade recair sobre o homem.

Segundo passo: o movimento é sutil, mas completa a construção analisada no primeiro passo. Vejamos o trecho: “Vendo-se [Afonso Henriques] em suas terras não ter parte, / Que a mãe com seu marido as manda e come, [...]” (CAMÕES, 1975, p. 134). Notemos que, no que se refere à injustiça de desamparar um filho, D. Teresa é colocada em evidência: a mãe é quem manda e usufrui das terras do condado, praticando grande crueldade em conjunto com o marido.

Em primeiro lugar, Camões evidencia o poder e a autoridade de D. Henrique sobre o Condado Portucalense; posteriormente, o poeta convoca D. Teresa, que de coadjuvante no domínio do marido, passa a protagonista na prática de injustiças contra o próprio filho. Na cena arquitetada por Camões, após a morte de D. Henrique, não

haveria motivos que justificassem a submissão do jovem Afonso Henriques aos domínios da mãe, uma vez que o conde simbolizava a ordem e o poder, ao passo que a mãe representava a perversidade. Temos assim uma ascensão revoltosa e golpista justificada pelo domínio das palavras de um poeta.

Para que Pessoa fizesse jus à história e aos fatos já comprovados, toda uma cosmovisão deveria ser reestruturada, com grande probabilidade de rejeição, ou seja, não seria uma real opção ao poeta. Todavia, ecoar o discurso camoniano seria admitir constituir-se sobre a perversão, fato que o distanciamento histórico de Fernando Pessoa não permitiria. Dessa forma, novamente a literatura apresenta a possibilidade de um caminho alternativo; uma ambivalência textual que depende da chave de leitura tomada. “Ó mãe de reis e avó de impérios, / Vela por nós!” (PESSOA, 2006, p. 43). D. Teresa, aqui purgada das injustiças, é exaltada como a virgem mãe de Jesus, tendo a sua grandeza apoiada no filho rei. “Teu seio augusto amamentou / Com bruta e natural certeza / O que, imprevisto, Deus fadou.” (PESSOA, 2006, p. 44). Pessoa não nega a brutalidade, mas a justifica pelos desígnios de Deus, contemplando lados opostos através da arte do fazer poético.

O tratamento dessa personagem reflete, para além de contextos e intenções, o poder da construção de um mito e os seus impactos no cenário social. Os parâmetros sobre os quais estão constituídos os princípios sociais de determinado grupo apontam os caminhos tomados, regulam as escolhas e exercem séria influência sobre os conceitos de pertencimento e identificação. Compreender os movimentos escolhidos por Camões e por Pessoa no tratamento de D. Teresa é compreender o processo de transformação e consolidação do ser português antigo e contemporâneo.

1.6 D. Dinis

Em D. Dinis, um elemento importante à análise faz-se presente. Conforme dito e reforçado até aqui, ambas as epopeias operam de forma distinta, mas obtêm resultados próximos no que diz respeito ao estímulo do sentimento nacional. A presença de D. Dinis em *Mensagem* e em *Os Lusíadas* é evidente, mas Fernando Pessoa, valendo-se de seu distanciamento temporal do personagem, pode jogar com imagens que a Camões não foram possíveis.

Eis *despois* vem Dinis, que bem parece

Do bravo Afonso stirpe nobre e *dina*,
Com que a fama grande se escurece
Da liberdade Alexandrina.
Com este o Reino próspero *florece*
(Alcançada já a paz áurea, divina)
Em constituições, lei e costumes,
Na terra já tranquila claros lumes.

Fez primeiro em Coimbra exercitar-se
O *veloroso* officio de Minerva;
E de *Helicon* as Musas faz passar-se
A pisar de Mondego a fértil erva [...]
(CAMÕES, 1975, p. 151).

A fundação da universidade em Portugal é dada no reinado do rei trovador. Sua ligação com a produção literária e com agricultura foi das suas marcas a maior. Camões apropria-se de tais características para a construção de um rei inspirador ao povo. Fernando Pessoa faz uso das mesmas características, contudo acresce um elemento essencial que veremos a seguir:

Na noite escreve o seu Cantar de Amigo
O plantador de naus a haver,
E houve um silêncio múrmuro consigo:
É o rumor dos pinhais que, como um trigo
De Império, ondulam sem se poder ver.
(PESSOA, 2006, p. 45).

O poeta evoca o responsável pelo pinhal de Leiria, de onde saíam as naus que o novo mundo descobririam. *Os Lusíadas* data do período vigente da grande expansão lusitana. Pessoa escreve seu poema 362 anos depois da epopeia camoniana. Os elementos elencados por ambos são diferentes, seja por preferência estilística ou por marcas temporais de cada poeta, contudo, e este ponto tem sido frisado ao longo desse trabalho comparativo, a intenção do louvor não é afetada. Portugal continua a ser honrada, nesse caso, através de D. Dinis.

1.7 A Dinastia de Avis

Iniciada por D. João I e D. Filipa de Lencastre, a casa de Avis personifica o sonho português de grandeza. Nunca se viu ou ouviu a respeito de uma geração de tamanha importância para Portugal. Borgonha fora apenas o prenúncio de um porvir incomparável. D. João I estabilizou o reino português, dando fim à crise sucessória gerada pela morte de D. Fernando. O interregno, a sucessão e a ascensão à casa de ouro portuguesa são narrados n’*Os Lusíadas* e contemplados em *Mensagem*.

A figura de D. João I aparece, diretamente, no Canto IV d’*Os Lusíadas*, conjugada à fala do condestável D. Nuno Álvares Pereira. Atrelada à história, Camões constrói, a partir de “*Joanne, Rei forte em toda parte*” (CAMÕES, 1975, p. 169), uma narrativa de predestinação e exaltação nacional. Fernando Pessoa, sem nunca abrir mão da história que envolve o personagem, mas entregando a narrativa a Camões e focando na versificação livre de uma mensagem impulsionadora, reforça o conceito de povo escolhido por Deus para a grandeza: “O homem e a hora são um só / Quando Deus faz e a história é feita.” (PESSOA, 2006, p. 46).

Em D. Duarte, especialmente, a proximidade, a possibilidade de diálogo entre as obras fica evidente. Contrastando verso a verso, Camões e Pessoa parecem conversar entre si: “Meu dever fez-me, como Deus ao mundo. / A regra de ser Rei almou meu ser [...]” (PESSOA, 2006, p. 51); “Não foi do Rei Duarte tão ditoso / O tempo que ficou na suma alteza” (CAMÕES, 1975, p. 175). Justapondo os trechos de tal forma, temos que D. Duarte viu-se refém do ofício régio, não brilhando a luz lusitana em sua passagem pelo trono. Segue-se o diálogo entre os poetas: “[...] *assi* vai alternando o tempo iroso / O bem *co* mal, o gosto *co* a tristeza.” (CAMÕES, 1975, p. 175); “Firme em minha tristeza, tal vivi. / Cumpri contra o Destino o meu dever.” (PESSOA, 2006, p. 51). Há uma espécie de complementação entre trechos – elementos que apontam para a mesma direção e que possibilitam variadas interpretações.

O Infante Santo é convocado em seguida por ambos os poetas, e a mensagem é consonante: Portugal é um propósito maior – sobrepõem-se até mesmo à própria vida do indivíduo. É interessante que tanto Pessoa quanto Camões pintam um quadro no qual D. Fernando, voluntariamente, entrega-se como sacrifício pelos interesses do império português, quando, sabidamente, o infante clamou por socorro até a decisão do sucessor de D. Duarte, Afonso V, por entregar o irmão pela manutenção do domínio português

de Ceuta. Na epopeia, Fernando Pessoa, dando voz ao infante, escreve: “Cheio de Deus, não temo o que virá, / Pois, venha o que vier, nunca será / Maior do que a minha alma”. (2006, p. 52). Camões, em terceira pessoa, qualifica o ato de herói: “Cercado, ao Sarraceno se entregava. / Só por amor a pátria está passando / A vida, de senhora feita escrava, [...]” (1975, p. 176). Ao sentimento nacional português, o valor desse nobre membro da ínclita geração lusitana é inestimável.

D. Sebastião é a figura de sua dinastia que a Pessoa tem maior valor. O regresso messiânico do Desejado significaria o ressurgimento de uma nação adormecida – ofuscada pelo brilho da Europa que a rodeia. *Mensagem* está repleta de evocações e prenúncios desse sonhado momento.

[...]

Que importa o areal e a morte e a desventura

Se com Deus me guardei?

É O que eu me sonhei que eterno dura,

É Esse que regressarei.

(PESSOA, 2006, p. 85).

A esperança portuguesa está guardada com D. Sebastião. Fernando Pessoa não se atém à narrativa histórica para memorar as glórias passadas, mas prospecta um futuro de grandezas com o regresso certo daquele que deixou uma nação órfã de independência e conquistas. Camões, todavia, conforme já mencionado aqui, não teve os mesmos “privilégios” de Pessoa no que se refere ao distanciamento histórico do período em que se escreve. O desfecho vivido por Camões ainda era corrente, passível de reviravoltas e transformações – difícil de ser agrupado e apreendido em sua epopeia. Fernando Pessoa vê a história já dada e a desloca para o seu presente com o viés messiânico. É latente a diferença entre uma obra dedicada a D. Sebastião e uma obra que, tal qual um cristão ansiando a volta de Jesus, espera o regresso da glória. D. Sebastião atesta, dessa maneira, a independência entre *Mensagem* e *Os Lusíadas* – trazendo recados distintos aos seus leitores.

1.8 D. Nuno Álvares Pereira

Estrategista militar fundamental na batalha de Aljubarrota, o condestável D. Nuno Álvares representa a aliança entre a bravura e a astúcia – uma espécie de Ulisses

português. O líder bélico lusitano é introduzido n’*Os Lusíadas* logo no primeiro canto, quando Camões louva os feitos inigualáveis a serem narrados. “Por estes [feitos] vos darei um Nuno fero [...]” (CAMÕES, 1975, p. 72). Para Camões, D. Nuno Álvares Pereira personifica a bravura e o impetuoso coração conquistador inabalável de Portugal.

Rompem-se aqui dos nossos os primeiros,
Tantos dos inimigos a eles [portugueses] vão.
Está ali Nuno, qual pelos outeiros
De *Ceita* está o fortíssimo leão [...]
Perseguem-no com as lanças, e ele iroso,
Torvado um pouco está, mas não medroso;
(CAMÕES, 1975, p. 171).

Nem mesmo o temível inimigo de Ceuta foi capaz de amedrontar o militar. Por ser português, não temeu; por não temer, venceu! Essa lógica operacional é adotada tanto por Camões quanto por Pessoa: se português, então corajoso e merecedor. Se bravo e digno; então vitorioso. Se justamente vitorioso, então português! Camões articula tais consequências de grandeza de forma a apontar sempre para o foco maior – as virtudes do povo português.

Fernando Pessoa, localizado em um momento histórico distinto, transforma a feroz bravura camoniana do Condestável na celeste e ilibada imagem de santo condutor aos caminhos vitoriosos – por hora perdidos pelos portugueses. “Que auréola te cerca? / É a espada que [...] / Faz que o ar alto perca / Seu azul negro e brando” (PESSOA, 2006, p. 57). D. Nuno aparece aqui como características distintas das trazidas no poema camoniano. Possivelmente motivado pela beatificação do militar pelo papa Bento XV, em 1918, Pessoa explora o personagem pelo viés mais religioso do que guerrilheiro, pois enquanto santo D. Nuno pode guiar Portugal a um novo tempo áureo de vitórias e conquistas. “Ergue a luz da tua espada / Para a estrada se ver!” (PESSOA, 2006, p. 57).

Seja como guerreiro, seja como beato, D. Nuno Álvares Pereira acresce valor na construção do sentimento de identificação nacional. Ambos os poetas articularam seus argumentos baseados sobre o mesmo personagem, apontando para o mesmo lugar, contudo por caminhos distintos, evidenciando a pluralidade de vieses que permite a história.

1.9 Adamastor e o Mostrengo

Em uma análise comparativa entre *Os Lusíadas* e *Mensagem*, esses dois personagens e seus respectivos episódios não poderiam ser deixados de lado. Aqui vemos, novamente, atestada a independência entre as obras e, ao mesmo tempo, as correlações múltiplas a serem interpretadas. Certamente, o Mostrengo não se trata de uma cópia pessoal do Adamastor camoniano, se o fosse, seria bastante decepcionante, dadas as grandes diferenças entre ambos. Contudo, trata-se de um elemento convocado por Pessoa, que em algum nível nos remete a Camões, e que está a serviço da reiteração da bravura portuguesa.

Não acabava, quando *hua* figura
Se nos mostra no ar, robusta e válida.
De disforme e grandíssima estatura;
O rosto carregado, a barba esquelada,
Os olhos encovados, e a postura
Medonha e má e a cor terrena e pálida
Cheios de terra e crespos cabelos,
A boca negra, os dentes amarelos.
(CAMÕES, 1975, p. 200).

Essa figura dantesca urra com voz de trovão, interpelando quem seria essa “gente ousada, mais que quantas no mundo cometeram grandes cousas [...]” (CAMÕES, 1975, p.201). A exaltação portuguesa está aqui: nem mesmo diante do mais horrendo monstro recuar é uma alternativa às bravas naus de Portugal. Assim, cruzaram os portugueses o Cabo das Tormentas e triunfaram sobre o medo e a morte:

O mostrengo que está no fim do mar
Na noite de breu ergueu-se a voar;
À roda da nau voou três vezes,
Voou três vezes a chiar,

E disse: “Quem é que ousou entrar
Nas minhas cavernas que não desvendo,
Meus tetos negros do fim do mundo?”
E o homem do leme disse, tremendo:

“El-Rei D. João Segundo!”

(PESSOA, 2006, p. 70).

Fernando Pessoa e Luís de Camões tratam do mesmo episódio histórico – a travessia do Cabo das Tormentas. O Mostrengo é Adamastor? Seguramente são criaturas diferentes, mas a importância desse fator é ínfima, pois estamos diante de tamanha riqueza imagética a serviço da construção de um sentimento de grandeza, que seria tolice concentrar esforços na comprovação ou na negação de que Adamastor e o Mostrengo sejam o mesmo ser. O que nos é válido aqui é forma como ambos trabalham com os elementos dados, e quais são os pontos de contato nessa passagem.

Em seu aspecto aparente, em nada se parecem os monstros – isso é bastante claro. Todavia, ambos são guardiões dos confins da terra (ainda que n’*Os Lusíadas* isso não seja tão explicitado quanto na *Mensagem*). O homem do leme, ou Bartolomeu Dias, ou mesmo o próprio povo português, teme, mas não recua – avança. Esses são pontos de contato que merecem o destaque, pois são eles que constroem o sentimento de pertencimento nacional. A heroicidade dá-se no enfrentar as adversidades, ainda que a derrota seja certa, e esse fator foi evidenciado tanto por Camões quanto por Pessoa.

1.9.1 Afonso de Albuquerque

Navegador, militar e diplomata português, Afonso de Albuquerque consolidou no oriente os domínios lusitanos. No canto X, Camões aponta os feitos do herói:

Esta luz é do fogo das luzentes
Armas, com que Albuquerque irá amansando
De Ormuz os Párseos, por seu mal valentes,
Que refusam o jugo honroso e brando
[...] Deus peleja
Por quem estende a Fé da Madre Igreja.

(CAMÕES, 1975, p. 325).

Recurso largamente utilizado por Pessoa, Camões vale-se da vontade divina para assegurar o êxito português. A fim de não somente expandir os domínios do império, Albuquerque proclama a “fé verdadeira” aos infiéis – ainda que saibamos que a fé, nesse caso, não passa de um pretexto para conquistas construídas sob o sangue de inocentes. O poeta evidencia que os resistentes à “Madre Igreja” verão logo o seu fim

dado pelo povo português, aqui personificado pelo personagem conquistador de Ormuz, Goa e Málaca.

Fernando Pessoa, em certa medida, “abrandar” o discurso camoniano, mas segue exaltando o herói, apontando para o subjugo dos rebeldes povos enfrentados – “Calcara mais do que o submisso mundo / Sob o seu passo fundo.” (PESSOA, 2006, p. 62). O poeta ainda apresenta os sintomas do seu tempo ao apontar a fadiga de Albuquerque ao acompanhar o presente português – “De pé, sobre os países conquistados / Desce os olhos cansados / De ver o mundo e a injustiça e sorte.” (PESSOA, 2006, p. 62). Notemos que, constantemente, Pessoa apresenta o seu descontentamento com aquilo que Portugal se tornara, sem nunca abrir mão da exaltação e da prospecção de uma vindoura história de glórias maiores do que as passadas.

1.9.2 Os Outros de Pessoa

Conforme bem visto até aqui, os pontos de contato entre as obras são variados, contudo conseguimos identificar as peculiaridades de cada autor e os seus respectivos distintos pontos de vista. A riqueza de um estudo contrastivo entre obras como as tais está na observância das particularidades de cada poeta, atentando à resolução das tensões dadas. Dessa forma, vemos que não se trata tão somente de uma mesma mensagem transmitida por palavras diferentes, mas sim de um mesmo fio condutor (a grandeza de Portugal) rodeado por visões e lógicas distintas, que apontam, em determinados momentos, para direções opostas.

No que diz respeito às nuances de cada epopeia, para além da linguagem, do tom escolhido, do encadeamento das ideias, o fator temporal/histórico é especial a esta análise. Compreender uma obra como fruto de um contexto específico pode ser a chave para descobrir os caminhos percorridos pelo autor no processo de composição. Os personagens que seguem são reflexos do distanciamento temporal entre os poetas e entre os fatos históricos interferentes na leitura de Portugal.

1.9.2.1 Gonçalo Annes Bandarra

Bandarra é um desses personagens que figuram apenas em uma das obras. Ainda que contemporâneo de Camões, apenas Pessoa valeu-se de sua figura. Embora seja difícil precisar os motivos da escolha de Pessoa e do não tratamento de Camões,

podemos elencar alguns fatores que apontam às possíveis razões das escolhas de ambos os poetas.

Gonçalo Annes Bandarra (1500 a 1556), o sapateiro de Trancoso, foi autor de trovas de caráter messiânico, baseando suas profecias em textos do antigo testamento. Foi julgado pela inquisição em 1541 por, supostamente, incitar a adesão ao judaísmo. A condenação viria a ser a participação na procissão do auto da fé do referido ano e nunca mais voltar a interpretar as escrituras sagradas. Sua popularidade e reconhecimento aumentaram apenas após a sua morte, com a confirmação de sua previsão acerca de Alcácer-Quibir e da consequente perda da liberdade portuguesa em 1580.

Camões vive o fim dos áureos tempos de Portugal (o século XVI marcou o ápice da história lusitana, que vinha da grande euforia do início da expansão marítima no século XV). Não à toa, se dá nesse período o surgimento de uma epopeia que narra as grandes realizações portuguesas dos últimos séculos. Bandarra tem a sua popularidade marcada apenas após o fracasso português em Alcácer-Quibir, quando D. Sebastião, o jovem rei de Portugal, desaparece no campo de batalha em 1578 – cinco anos após a publicação da obra camoniana. Ou seja, possivelmente, Camões sequer tomou conhecimento das profecias do sapateiro.

Supondo que Camões houvesse se interessado pelas profecias de Bandarra e as tivesse conhecido antes da publicação de sua epopeia, ainda assim seria difícil encontrar espaço para o profeta em *Os Lusíadas*. Gonçalo Annes Bandarra prevê a ruína antes do levantar português. Contudo, os grandes feitos são os que interessam a Camões; se derrotas houver em meio à trajetória, os desfechos gloriosos valem mais e devem ser colocados em destaque. Por que ceder espaço a um profeta que indicará o princípio das dores de Portugal?

Fernando Pessoa, por outro lado, tem em mãos o perfeito personagem para fundamentar sua tese do Quinto Império. Bandarra previu as mazelas do grande império quando nem o mais pessimista dos portugueses se encontrava em dúvida acerca do êxito.

Sonhava, anônimo e disperso,
O Império por Deus mesmo visto
Confuso com o Universo

E plebeu como Jesus Cristo.

(PESSOA, 2006, p. 93).

Semelhante a Cristo, Bandarra não foi reconhecido pelos seus; humilde sapateiro, o profeta lusitano não teve heroicidade ou glória, mas, abençoado por Deus, enxergou além daquilo que nos é possível. Previu a crise, o declínio e o desastre, mas viu, ao longe, a esperança, a restituição e a redenção no regresso de D. Sebastião.

1.9.2.2 Antonio Vieira

Padre missionário da Companhia de Jesus no Brasil, Antonio Vieira nasceu no ano de 1608 – 36 anos após a publicação da epopeia de Camões e 28 anos após a morte do poeta. Vieira foi um dos homens mais influentes do século XVII, tratando de temáticas muito à frente do seu tempo, como o combate à escravidão indígena e a crítica às práticas da Inquisição na época. Sua vasta obra escrita é composta por mais de 200 sermões pregados e mais de 700 cartas redigidas. Notável pelo exímio domínio da arte oratória, Vieira não se calou até o dia de sua morte, anunciando, entre desgraças e maravilhas, a chegada do desejado novo tempo português.

Seria um grande erro negligenciar a presença do “Imperador da Língua Portuguesa” em uma obra de louvor nacional português. Camões, contudo, viveu em outro período histórico, tornando, evidentemente, impossível a presença de Vieira em *Os Lusíadas*. É Fernando Pessoa, conhecedor da trajetória do jesuíta, que fez jus à importância do personagem em sua obra. O caráter messiânico dos escritos de Vieira é fundamental para Pessoa; é nele que estão firmadas as prospecções do poeta de um amanhã melhor para Portugal.

No imenso espaço seu [Vieira] meditar,

Constelado de forma e de visão

Surge, prenúncio claro do luar,

El-Rei D. Sebastião.

(PESSOA, 2006, p. 93-94).

Em uma temática recorrente em *Mensagem* de futura redenção por meio de um salvador, D. Sebastião ressurgue no *prenúncio claro do luar*. É interessante atentar ao fato de que é na “visão” de Vieira que se firma Pessoa. Aqui temos a concretude daquilo

que crê o poeta – o firmamento da esperança do porvir é o rei condutor à glória e grandeza de outrora.

1.9.2.3 Fernando Pessoa: o profeta

Na seção d'*Os Avisos da Mensagem*, Fernando Pessoa compõe um poema sem título, após apresentar Bandarra e Vieira. O poeta constrói uma linha cronológica que parte do século XVI, passa pelo século XVII com padre jesuíta e chega à sua contemporaneidade, colocando-se como profeta das dores e glórias lusitanas. São evidentes os reflexos do declínio português aqui:

‘Screvo meu livro à beiramágoa.
Meu coração não tem que ter.
Tenho meus olhos quentes de água.
Só tu, Senhor, me dás viver.
(PESSOA, 2006, p. 95).

A falta de esperança e o ânimo abalado tomam o lugar do fervoroso louvor à pátria gloriosa de outrora. A esperança sebastianista é chave de leitura do poema, e aqui vemos um exemplo das direções opostas que apontam, em determinados trechos, as obras de Camões e Pessoa: enquanto Camões louva o passado grandioso de Portugal, Pessoa, diante de um presente lamentável, prospecta o futuro. Inegavelmente, a confiança de Fernando Pessoa está fundamentada histórias passadas, contudo os seus olhos estão voltados para o futuro – para o novo incerto.

[...]
Quando virás, ó Encoberto,
Sonho das eras português,
Tornar-me mais que o sopro incerto
De um grande anseio que Deus fez?

Ah, quando quiserás voltando,
Fazer minha esperança amor?
Da névoa e da saudade quando?
Quando, meu Sonho e meu Senhor?
(PESSOA, 2006, p. 95).

O poema é encerrado em tom desesperado pela consumação da “promessa divina” do Quinto Império – um anseio que sufoca o povo português e que permeia toda a epopeia pessoana.

1.9.3 Os Outros de Camões

Naturalmente, devido à diferença de extensões entre as obras, o número de personagens tende a ser maior em *Os Lusíadas*, crescendo, conseqüentemente, o número de personagens de “importância secundária” na obra. Discorrer acerca de todos seria infrutífero, mas, a título de registro, vale o destaque às menções de Egas Moniz (canto III, estância 35), conselheiro de Afonso Henriques, fundamental no processo de destituição de D. Teresa; Eneas, herói da Eneida, de Virgílio (canto I, estância 12); Aquiles, herói da Ilíada, de Homero (canto III, estância 131); D. Sancho I, filho de Afonso I (canto III, estância 78); D. Afonso II, filho de D. Sancho I (canto III, estância 90); D. Sancho II, filho de Afonso II (canto III, estância 91); D. Afonso IV, pai de D. Pedro I (canto III, estância 98), dentre inúmeros outros personagens contemplados apenas por Camões. Para a maioria dos citados, Camões dedica poucos versos, enquanto Pessoa prefere por não os lembrar. Destes, Inês de Castro, contudo, recebe maior destaque e vale a análise particular.

1.9.3.1 Inês de Castro

A trágica história da póstuma rainha portuguesa figura apenas na epopeia camonianiana. Fernando Pessoa não trata do episódio de Inês de Castro em *Mensagem*, embora tenha escrito um poema à parte intitulado com o nome da rainha. Camões discorre a narrativa da atroz injustiça cometida por D. Afonso IV, pai de D. Pedro I, que, na ausência do filho, ordena a execução de Inês em 1355.

Tirar Inês ao mundo [D. Afonso IV] determina,

Por lhe tirar o filho que tem preso,

Crendo *co* sangue só da morte *indina*

Matar do firme amor o fogo aceso.

Que furor consentiu que a espada fina

[...] fosse alevantada

Contra *hua* fraca dama delicada?

(CAMÕES, 1975, p. 157).

Camões transita a responsabilidade da morte de Inês de Castro do rei para o povo português e vice-versa, afinal o rei “respeita o murmurar do povo” (CAMÕES, 1975, 157). Dessa forma, cria-se uma morte consentida por uma bem maior, ainda que esteja dada a clara injustiça. A forma de composição do poeta atenua a atrocidade histórica do fato, ora pendendo para um lado, ora para outro – tanto para o de D. Afonso IV, que se justifica atendendo ao clamor social, quanto para o de D. Pedro I, que vê contemplada a sua vingança na estância 136. Posicionar-se ao lado, contudo, de D. Pedro I seria admitir que Portugal tivera um rei legítimo perverso, enquanto que tomar o partido de Afonso IV seria admitir a vergonhosa execução de Inês. O poeta busca o equilíbrio narrativo em uma história que mancha a “ilibada conduta lusitana” por onde quer que seja contemplada.

Pessoa desloca Inês de Castro para fora da *Mensagem*, para fora da história de Portugal. É interessante, todavia, que esse movimento de “balanceamento” entre lados opostos de uma mesma história é feito por Fernando Pessoa ao tratar de D. Afonso Henriques e D. Teresa. Por que escolher uma e rejeitar a outra? A razão para tal seria pelo fato de que não há história de Portugal sem a trama de D. Teresa e seu filho, ao passo que há muito a se dizer sobre a lusa pátria sem Inês de Castro. Se fosse possível, Pessoa apagaria todas as mazelas da história de Portugal. Conjecturas à parte, no que se refere à construção de um imaginário social forte, pujante – ainda que repleto de fantasias, inserções e omissões – Inês de Castro não contribuiria com a intenção da obra de Fernando Pessoa.

Haja vista o imaginário nacional português, tanto Pessoa quanto Camões contribuem, cada um à sua maneira, com essa construção. A seleção feita por Fernando Pessoa é mais pontuada em relação ao recorte de Camões, que opta por varrer a história do início ao seu presente. É válido o olhar crítico sobre os porquês de cada escolha e a observância de como estão colocados os personagens, contrastando sempre com aquilo que é historicamente atestado. *Mensagem* e *Os Lusíadas* são obras fundamentais para o sentimento nacional português. Fernando Pessoa buscou, através de um método narrativo particular, circular e reforçar, ao longo de toda a sua epopeia, alguns elementos selecionados, como a predestinação portuguesa como nação escolhida por Deus para a grandeza e o ressurgimento do Quinto Império. Para tal, Pessoa convoca, geralmente nos títulos de seus poemas, figuras ilustres da história portuguesa e, procedendo conforme o descrito, trabalha extensivamente elementos recorrentes de

exaltação, louvor e prospecção de um novo cenário para Portugal. Luís de Camões apoia-se na narrativa histórica em fusão com o mito, convocando, por vezes em suas minúcias, personagens que, de alguma forma, possam corroborar com o seu discurso. Da mesma forma, os elementos místicos e religiosos passam por esse “filtro de funcionalidade” que aponta sempre para a glória de Portugal. Quando conjugadas as obras, o resultado é surpreendentemente complementar e extremamente útil para compreender uma pouco mais sobre o que de fato é Portugal e o que significa ser um português.

2 ANÁLISE DOS PERCURSOS E RESULTADOS DAS OBRAS

Há diversas maneiras de olhar para um texto e atribuir sentido ao conteúdo lido. O próprio conceito de atribuição de significação por si só já revela uma linha teórica da realização da leitura. Nesse viés, por exemplo, o texto é preenchido de significação pelo leitor, em detrimento de um conceito de texto pleno e autossuficiente que é desvendado, descoberto, pelo leitor. A interpretação que segue neste capítulo busca olhar criticamente para as epopeias de Luís de Camões e de Fernando Pessoa, levando em conta a contextualização histórica dos poetas, os movimentos artísticos da contemporaneidade de cada autor e os impactos de cada obra na sociedade portuguesa.

Afastando-se do conceito verticalizado de leitura do qual emana do autor para o leitor o sentido, a construção dos significados conjuntos é tomada como base fundamentada sobre o conhecimento e distanciamento histórico e cultural português. Dessa maneira, não se busca desvendar as palavras de Pessoa e tampouco as de Camões, mas sim articular os escritos com os discursos da contemporaneidade e identificar para onde apontam as palavras cruzadas desta empreitada analítica.

2.1 Os Lusíadas

É inegável a relevância ímpar de Camões para a literatura mundial em sentido amplo. Contudo, ajustando o foco de forma mais restrita, fica da mesma forma evidente a sua importância como autor responsável pela consolidação do valor nacional português. Mais do que um marco literário, sua epopeia fundamenta a cosmovisão lusitana e testifica uma heroicidade de caráter nacional, inabalável, incorruptível – um império utópico. A obra, dessa forma, deixa de ser tão somente obra e passa a existir na coletividade – como que personificada na coletividade – atravessada por valores, conceitos, construções e convenções sociais que se criam e se modificam com o tempo. Do século XVI à atualidade, passada a monarquia e a ditadura salazarista, em pleno gozo democrático, está dado esse processo de constante metamorfose social portuguesa que, desde Camões, não abre mão da elevação de Portugal – seja vinculada ao passado, ao presente ou ao futuro.

A composição do poema épico de Camões nasce, ainda que não de fato escrita, no preparo e no estudo exaustivo dos clássicos da literatura realizado pelo autor. Ao que tudo indica, enquanto jovem, Camões esteve em Coimbra, onde possivelmente iniciou

sua formação intelectual, embora não haja registros da frequência do poeta a atividades acadêmicas. Fato é, entretanto, que Luís de Camões foi um erudito versado nos mais variados campos do saber, e que no tempo em que esteve às margens do Mondego coimbreense ocorreu o seu contato com o universo literário clássico.

[...] filho legítimo do Renascimento, e humanista dos mais doutos e distintos do seu tempo pelos múltiplos e variadíssimos conhecimentos, em história universal, geografia, astronomia, mitologia clássica, literaturas antigas e modernas, poesia culta e popular, tanto da Itália como da Espanha, aproveitando-as com a mais perfeita exactidão. (CAMÕES, 1975, p. 22).

Identificado entre meados do século XIV e o fim do século XVI, o Renascimento foi movimento cultural da contemporaneidade do culto poeta. Humanista e classicista, Camões recorre à estética greco-romana antiga para fundar a história portuguesa e cunhar um caráter de lusitanidade fundamental que ainda persiste. Da estrutura ao tom laudatório dos seus versos, *Os Lusíadas* denunciam Camões como um homem do seu tempo, que, embora colhendo os frutos do ápice da força portuguesa, via o princípio da derrocada do grande império.

Os Lusíadas, prenes desta mensagem [de declínio português] severíssima e alta, não puderam, pois, ser tocados, no âmago pelo imperativo seu contemporâneo de Arte pela Arte; mas acusam, de maneira notável, uma consciência agudíssima das grandes directrizes culturais da época [...] (CAMÕES, 1975, p. 40).

A estrutura da epopeia camoniana indica tais “directrizes culturais” trecho a trecho. A mesclagem entre as mitologias judaico-cristã e greco-romana marca a obra de forma característica. O gênero, lembrado por narrar os feitos gloriosos de um herói, a exemplo de Aquiles, Ulisses e Eneias, é ressignificado por Camões ao apresentar uma epopeia de caráter nacional. O protagonismo de Vasco da Gama é posto em segundo plano quando tomada a totalidade da obra. Sem dúvidas, o personagem camoniano, que parece mais próximo de Eneias do que dos heróis homéricos, destaca-se pelo protagonismo e por dar voz a diversos momentos do poema, contudo, fechada a leitura, as glórias do nobre povo sobrepõem-se às virtudes de um singular herói.

Acima de tudo, porém, interessa conhecer o conceito de epopeia em que se formou o espírito de Camões. Este conseguiu realizar o ideal de epopeia [...]: um monumento a imortalizar certos feitos mais dignos de memória, e uma maneira de os salvar do esquecimento. Camões - embora com inspiração clássica, ao sabor da época - criou a epopeia da Verdade. (CAMÕES, 1975, p. 43).

O camonista português Emanuel Paulo Ramos atende por uma divisão da epopeia em duas frentes distintas. Uma delas é o poema heróico, que consiste em uma

“narração dum facto menos importante e de interesse nacional, ex.: O Viriato Trágico” (1975, p; 42). O outro viés seria o poema épico, ou a epopeia propriamente dita, que “é a narração de um facto heróico grandioso e de interesse nacional e social, ex.: Os Lusíadas” (1975, p.42). Ramos considera o poema camoniano como a plena epopeia, por não somente ser do interesse nacional, mas por assegurar à nacionalidade um papel de destaque em sua obra.

Em síntese, Camões se vale do classicismo europeu efervescente com a retomada de mitos e concepções artísticas greco-romanas, explorando, dessa forma, uma estética que favorece a construção de uma persona portuguesa de valor nacional através da fusão do real ao fictício. Mito e história se confundem, e o real tem maior valor social agregado a si quando envolto em mitos e fantasias que apontam para a grandeza de Portugal.

O que pretendia Camões com *Os Lusíadas*? Desde o século XV, epopeias portuguesas são ensaiadas (FAGUNDES, 2017, p. 48), contudo é Camões quem consolida a marca lusitana no gênero épico, em 1572. Impulsionado pela corrente renascentista que vinha da Itália e pela força do cristianismo na literatura de sua contemporaneidade, no tempo e nas condições certas dá-se a produção de *Os Lusíadas*, que, ainda que contraditório pareça, reúne mitologias distintas ao narrar a tomada portuguesa pelos mares.

O poeta fundador da grande epopeia portuguesa enfrentou dificuldades na publicação de sua obra mais extensa. Dentre os diversos contratempos, o financiamento da obra representou o mais latente dos entraves à publicação, resultando na editoração por via dos recursos monetários próprios de Camões. Para além da satisfação em dar voz a uma nação, eleger a “história verdadeira de Portugal” e do retorno em reconhecimento atestado da corte portuguesa, a exaltação nacional é um motivador composicional evidente constantemente reforçado. Os personagens de *Os Lusíadas* exercem, sobretudo, uma função de dêiticos que apontam sempre para a grandeza de Portugal.

A partir do século XV, o império dos olhos ao mar passa a exercer de forma contundente o protagonismo a expansão dos limites do velho continente. A descoberta da rota à Índia contornando a costa africana transformou o mundo da época – uma amostra das conquistas do porvir. Tomado o Brasil, no século seguinte, farto de riquezas

– apesar das conhecidas crises motivadas por uma administração ineficiente – Portugal vive o seu apogeu histórico. O que faz Camões, favorecido pelo distanciamento histórico “ideal” para a sua interpretação do luso império, é registrar a história portuguesa – perpetuar a sua grandeza, envolvendo-a em fantasias e mitos contributivos com a força do discurso de exaltação. Um maior distanciamento dos fatos históricos – o que exemplificará perfeitamente Fernando Pessoa – impossibilitaria o discurso camoniano exatamente como tal. O desaparecimento de D. Sebastião nos campos de Alcácer Quibir, na luta contra os mouros, marca de forma datada o princípio das dores portuguesas. Camões morre em 1580, dois anos após a derrota portuguesa no Marrocos. Inicia-se a curva da aguda precipitação de Portugal. Luís de Camões vive para presenciar a crise sucessória com a morte do cardeal D. Henrique, mas não para contemplar efetivamente a Península Ibérica sob o domínio espanhol. O contexto não poderia ser mais favorável à criação de uma obra do caráter de *Os Lusíadas* como fora o de Camões.

Os impactos de *Os Lusíadas* na cultura portuguesa se dão nos mais distintos níveis – do linguístico ao cultural. É no Renascimento que se dá a maior inserção de palavras eruditas no léxico português, sendo Camões o grande expoente literário da época. Sua epopeia foi tomada como baliza linguística por inúmeros gramáticos tradicionais na definição do uso adequado da língua portuguesa. Contudo é no viés cultural que se encontra o maior contributo de Luís de Camões. O poeta conseguiu traduzir de tal forma o sentimento eufórico diante da história portuguesa, que até o leitor mais experiente é levado pelo estilo grandiloquo do autor.

Como conteúdo obrigatório básico na formação escolar de alunos portugueses, a obra é estudada desde cedo, por vezes tomada como material de valor histórico em estâncias que dão abertura para tal. É durante o regime ditatorial português que Camões passa a figurar nos programas disciplinares como peça fundamental na trajetória escolar da juventude lusitana.

A religião, a família e a pátria ocupavam papel de destaque nessa concepção e a educação popular foi um dos meios mais eficientes encontrados pelos governantes para semear o que viria a servir como base para a edificação de uma sociedade viril, patriarcal e conservadora. A materialidade dessa ação ficou registrada em diversos elementos ligados à escola e à educação de forma geral, tal como [...] a literatura voltada aos jovens e crianças, entre elas as edições escolares de *Os Lusíadas*. (VICHINSKY, 2012, p. 158).

Haja vista o caráter de enaltecimento da obra, uma leitura de cunho fascista, nacionalista extremo, é facilmente extraída dos versos de Camões, bastando a descontextualização e a negligência dos trechos críticos ao império também presentes nos versos do poeta. Leituras direcionadas como tal somadas à trajetória política de Portugal – que passa por um extenso período monárquico, vê a implementação da república por um breve período e é logo golpeada pelo Estado Novo de Salazar – geram um sentimento nacional fruto de uma visão tendenciosa e manipulada. Pretendia Camões criar uma obra de força nacional capaz de justificar a xenofobia ou a destruição cultural nas colônias dominadas por Portugal? É impossível responder a essa questão com precisão, e pouco frutífera seria a resposta se capazes fossemos de obtê-la. Contudo é o valor conferido à obra – o efeito suscitado pela leitura – que indicará a força social da mesma.

Em um viés estruturalista literário, o autor de *Os Lusíadas* está morto desde a concepção da obra, de forma que as leituras construídas são, sim, a real valia da epopeia. Segundo Roland Berthes, o texto é “um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escritas variadas, nenhuma das quais é original: o texto é um tecido de citações, saldos dos mil focos da cultura.” (1968, p. 4). Dessarte, a cosmovisão social portuguesa é quem constrói e reconstrói a epopéia camoniana, leitura após leitura, o que bem demonstra Fernando Pessoa com *Mensagem*.

2.2 Mensagem

Publicada em 1934, *Mensagem* é o grande legado deixado pelo ortônimo Fernando Pessoa à literatura como um todo. Fruto de um extenso trabalho composicional, a obra levou 21 anos para ser concluída, iniciada em 1913 com o poema D. Fernando Infante de Portugal (PESSOA, 2017, p. 23) e encerrada em 1934 com a compilação dos escritos para a concorrência por um prêmio de obra representativa da nacionalidade portuguesa, organizado pelo também poeta António Ferro, colaborador do movimento modernista em Portugal com a revista *Orpheu*.

A primeira metade do século XX foi marcada por uma série de movimentos que envolveram todas as frentes artísticas – seja a música, as artes plásticas, o teatro ou a literatura. O Modernismo eclodia na Europa e se espalhava mundo afora. A desconstrução e a ressignificação de tudo que está dado no mundo palpável ou imaginável foram premissas basilares dos movimentos futurista, dadaísta e cubista.

Fernando Pessoa acompanha de perto esse movimento artístico e filosófico emergente. Nascido em 1888, no alvorecer dessas frentes vanguardistas que reestruturariam os parâmetros artísticos conhecidos até então, Fernando Pessoa foi um ávido leitor. Fluente em inglês e francês, além do português, evidentemente, o poeta foi um exímio conhecedor de latim e grego. Teve sua formação na África do Sul, em Durban, onde passou toda a sua infância. Esse período de retiro que vive Fernando Pessoa é fundamental para a construção do caráter do poeta. Em vários níveis de análise, esse trecho de formação inicial distante de Portugal se mostra decisivo para a sua produção literária. Retornado a Portugal em 1905, aos 17 anos, Pessoa custa a recobrar a lusitanidade dentro de si. Inicialmente, ele que viria a ser um dos maiores expoentes da literatura portuguesa, escrevia e comunicava-se apenas em inglês – que era praticamente a sua língua original –, publicando, inclusive, poemas em língua inglesa em revistas literárias da época. É a partir da releitura dos clássicos da literatura portuguesa que o poeta retorna às suas raízes e nasce como crítico literário.

O que vale destacar nessa breve explanação sobre a trajetória inicial de Fernando Pessoa é o redescobrimto de si mesmo como português. A retomada da língua portuguesa como sua forma de expressão primária acontece apenas em 1908, passados 3 anos do poeta em terras portuguesas. A força dessa decisão não está apenas na estética ou nas permissões e recursos da língua portuguesa em relação ao inglês ou ao francês, mas no nascimento simbólico do autor português Fernando Pessoa – como em uma conversão, dada após o arrependimento do pecado de ter traído a língua mãe. Morto o antigo jovem de Durban, surge, então, um devoto homem da língua portuguesa - um adorador de Portugal.

Portugal na primeira metade do século XX viveu tempos conturbados. A derrocada do império e o ânimo lusitano vinham, já no final do XVI, avançando a passos largos. O espírito apático, fruto de um sufocamento criado pelo desenvolvimento agudo das grandes potências europeias – Inglaterra, França e Alemanha –, somado à crise e à inércia econômica instaladas como um câncer no império embaçavam a visão futura de um Portugal pujante como o de outrora. Fernando Pessoa acompanha o fim da monarquia portuguesa, em 1910, com a implementação da república. O espírito nacional pouco se aguçou. Em seguida, em 1933, o Estado Novo de Salazar golpeia Portugal com 41 anos ininterruptos de “reinado”. Os cenários político, social e econômico encontravam-se em frangalhos, e Pessoa bem sabia disso.

Enquanto lá na épica clássica o foco é colocado sobre o passado, aqui a ênfase é dada ao futuro. Mensagem canta um passado eterno, de Portugal dono dos mares e conquistador, e um presente decadente. [...] O passado glorioso pode ser futuro, basta que Portugal, escolhido por Deus, desperte com a chegada do Encoberto que traz consigo a Nova Idade de Ouro da Humanidade de que o poeta, esse intermediário entre o humano e o divino, é o mensageiro. (PESSOA, 2017, p.27).

O discurso de *Os Lusíadas* não dialogava mais com Portugal do século XX. Urgia a reinvenção modernista, urgia reinventar a nacionalidade portuguesa – isso ou viver da eterna saudade sem esperança. O distanciamento histórico de Fernando Pessoa em relação aos áureos tempos do império virtuoso condiciona um olhar crítico sobre o presente que impossibilita replicar por si só o otimismo e a pulsante exaltação camoniana – era preciso resolver o inconveniente presente, justificar as dores e medicá-las até a cura. A ação de Pessoa para tal se inicia antes mesmo de começar o trabalho na *Mensagem*, quando, no artigo “A Nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada”, publicado em 1912, na revista *A Águia*, o poeta se intitula, nas entrelinhas, o autor do porvir que superaria Camões.

Pode objectar-se, além de muita coisa desdenhável num artigo que tem de não ser longo, que o actual momento político não parece de ordem a gerar génios poéticos supremos, de reles e mesquinho que é. Mas é precisamente por isso que mais concluível se nos afigura o próximo aparecer de um supra-Camões na nossa terra. É precisamente este detalhe que marca a completa analogia da actual corrente literária portuguesa com aquelas, francesa e inglesa, onde o nosso raciocínio descobriu o acompanhamento literário das grandes épocas criadoras. (PESSOA, 1912, p. 7).

Para o poeta, a crise precede a glória, e é da mesquinhez do presente que surgiria o grande nome da literatura portuguesa. França e Inglaterra são os exemplos que fundamentam raciocínio de Pessoa. Dos escombros se levantará um novo Portugal, de novas glórias e feitos incomparáveis. Evidencia-se a arquitetura planejada da obra de Pessoa que, mesmo antes de dar início à composição da *Mensagem*, já vislumbrava uma estrutura condizente com Portugal do século XX, mas sem abrir mão da exaltação.

Os heterônimos impulsionam Fernando Pessoa nesse processo da nova fundação do sentimento nacional lusitano. Sendo o poeta vários em um só e um só dentro de vários, Pessoa recria o fazer poético em Portugal e ascende, gradativamente, ao topo com uma composição que traria à luz a história portuguesa permeada de mitos e fantasias, assim como fizera Camões, contextualizada e, o mais importante, atendendo a um anseio nacional por expurgar a saudade e convertê-la em esperança. A arte exorciza os mais cruéis demônios que atormentam a humanidade. Fernando Pessoa externaliza a

decadência portuguesa em arte poética, gerando um respiro aliviado, ainda que breve, ao seu leitor.

Tomar a *Mensagem* como um poema épico, contudo, não é tão logicamente natural como vem sendo tratado neste trabalho. A estrutura construída pelo poeta não se aproxima praticamente em nada aos modelos clássicos. Envolve em esoterismo, ocultismo e simbologias variadas, *Mensagem* traduz significação desde a forma ao conteúdo. É o tratamento de uma temática histórica de interesse nacional e o cunho de fundação mítica que tornam a obra a epopeia da modernidade. Pessoa respeita claramente a linearidade temporal dos fatos, mas não narra os acontecimentos como Camões, dando espaço a uma forma de narrativa cheia de lacunas cujo preenchimento cabe ao leitor.

Na verdade, ainda que a *Mensagem* tenha um discurso épico, a estrutura tripartida foge totalmente aos padrões clássicos. Enquanto a estrutura clássica se rege pela uniformidade, *Mensagem* se constrói através das várias vozes que cantam Portugal e de poemas das mais variadas formas, número de versos e combinações de rimas. (PESSOA, 2017, p. 28).

Ainda sobre a estrutura composta pelo poeta, Tutikian afirma:

É importante notar que essa estrutura remete ao esoterismo. As subdivisões da obra correspondem a uma estrutura numerológica esotérica, através dos números 3, 5, 7 e 12. Além da numerologia, vários símbolos esotéricos se fazem notar no poema, ele está carregado do simbolismo rosacruziano. (PESSOA, 2017, p.28).

Os sinais são diversos, e uma leitura que negligencie esse viés seria o mesmo que reduzir a epopeia pessoana a escritos rasos e que pouco dialogam com o seu contexto. A estrutura tripartida referida acima pela autora demonstra, para além da veia modernista presente em *Mensagem*, o percurso histórico de Portugal. O Brasão, primeira parte do poema, é subdividido em cinco partes, percorrendo a história portuguesa de Ulisses, com a fundação mítica de Lisboa, a D. Sebastião. O Mar Português, segunda parte do poema, não possui divisões internas, sendo composto por 12 poemas. A obra é encerrada com O Encoberto, subdividido em 3 partes. Se tomarmos as divisões internas de cada capítulo como entraves na história de Portugal, notamos que a segunda parte do poema é fluida, sem interrupções, período no qual a ínclita geração dominaria o mundo conhecido e desconhecido. O ápice do império português é desenvolvido em um só fôlego, transmitindo a euforia e a precipitação da época. É interessante que, na terceira parte, quando a contemporaneidade dá as caras na epopeia, para além do tom ser distinto do restante da obra, as subdivisões tornam a

aparecer, desta vez em três, simbolizando, possivelmente, a transição entre a monarquia, a república e a ditadura de Salazar.

É na parte final do poema épico de Pessoa que a obra ressignifica Portugal. O passado glorioso mostra-se cada vez mais distante, o presente é desastroso e o futuro por si só não abre espaço para a esperança de um novo tempo de grandezas. O que faz Fernando Pessoa é buscar na glória do passado, de forma a garantir a prospecção de futuro grandioso. D. Sebastião é a figura escolhida nessa prospecção de um futuro melhor para Portugal. O Quinto Império português permeia toda a epopeia e ganha força especial na terceira parte – é ele a base sólida do sebastianismo de Pessoa, não o literal regresso de D. Sebastião. Na *Mensagem*, o sebastianismo age como uma força ilocucional que projeta o ressurgir de Portugal.

O poema Nevoeiro, que encerra a epopeia pessoana, retrata o espírito lusitano da época. Crítico, desesperado, descontente com a realidade portuguesa, o eu lírico traz à tona a realidade que evidencia uma distância abissal do quadro social pintado por Camões.

Nem rei nem lei, nem paz nem guerra,
Define com perfil e ser
Este fulgor baço da terra
Que é Portugal a entristecer —
Brilho sem luz e sem arder,
Como o que o fogo-fátuo encerra.

Ninguém sabe que coisa quer.
Ninguém conhece que alma tem,
Nem o que é mal nem o que é bem.
(Que ânsia distante perto chora?)
Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...
É a Hora!

(PESSOA, 2017, p. 104).

A desilusão marca fortemente o poema. Portugal não reconhece a si mesmo – mal sabe o que quer. Não parece ter sido o mesmo de outrora. Tal qual a promessa de regresso do redentor rei D. Sebastião, Portugal hoje é nevoeiro; é confuso; é incerto; é esperança e desilusão debaixo do mesmo teto. Fernando Pessoa clama – Portugal em coro aos gritos diz – é hora! Não há mais o que esperar; Portugal deve agir.

Fruto do pleno modernismo pessoano, *Mensagem* revela Portugal da grandeza à decadência. Independentemente do que Portugal viria a se tornar no século XXI, a esperança messiânica da chegada do Quinto Império funcionou como um impulso, um incentivo pelo avanço, pela não desistência de lutar pelo levante de Portugal.

Contextualizadas as obras de Luís de Camões e Fernando Pessoa ficam evidentes as circunstâncias condicionais para cada composição. Longe de querer definir que poeta melhor conseguiu traduzir o espírito português em seus versos, a presente análise pretendeu avaliar através de que movimentos e construções literárias os poetas conseguiram os resultados estéticos e sociais bem conhecidos por nós. Sendo assim, não proponho uma leitura excludente, favorecendo apenas Pessoa por aproximar-se mais do cenário português atual, mas sim uma leitura contrastiva, em um viés complementar, no qual uma ressignifica a outra, abrindo novos caminhos interpretativos do que é ser Portugal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura desempenha um papel de registro social que ora constrói paradigmas, ora põe abaixo as sólidas fundações morais. Mais do que isso, quando tomada por um viés discursivo, a literatura é capaz de constituir o indivíduo e o coletivo, através do firmamento de pontos de contato capazes de sustentar nações, respondam elas por quaisquer que sejam os valores. Dessa maneira, vemos na arte uma amostra social relativamente precisa capaz de nos revelar o passado, de propor a reflexão acerca do tempo presente e de oferecer subsídios para prospectar o futuro.

Portugal remonta esse viés constitutivo da arte através de sua história. A história de grandeza e glórias incomparáveis cantada por Camões, no século XVI, materializava o sentimento do *peito ilustre lusitano*. Como que criando balizas para guiar o imaginário social, a epopeia camoniana reafirma valores e insufla o *ego* português. Os atrozos atos realizados pelas mãos do grande império de Camões nas colônias ao redor do mundo foram justificadas pela expansão da fé cristã, o que significa enobrecer a barbárie e purgar os genocídios com sangue inocente. A justificativa, contudo, enraizou-se e contribuiu de forma decisiva no processo de coesão lusitana. A obra *Os Lusíadas* trabalha a serviço desse propósito e opera com maestria esse movimento de enaltecimento nacional que perdura até então.

Fernando Pessoa reconstrói o discurso de Camões e o sofisticava à luz do século XX que, embora apresente a efervescente corrente modernista, denuncia a lástima de Portugal. A identidade coesiva social que outrora fora a pujança do império torna-se a saudade infindável de longínquo tempo esquecido pelos demais. Resgatar os versos de Camões seria o mesmo que deixar flutuando em uma realidade adversa louvores e cantos de amor; O sentimento nacional clama por esperança. Com vistas no futuro, a moderna epopeia de Pessoa propõe, em um viés claramente messiânico, um novo hino a ser cantado por Portugal – a espera pela glória vindoura do Quinto Império. *Mensagem* retoma o compromisso da grandeza de lusitana, reafirmando pelo que pulsa o brio nacional.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *A Morte do Autor; O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*; edição organizada e comentada por Emanuel Paulo Ramos. Porto: Porto Editora, 1975.

FAGUNDES, Eduardo de Souza. *A Epopeia O Oriente, De José Agostinho De Macedo, Enquanto Releitura De Os Lusíadas, De Luís De Camões*; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

GUIMARÃES, Elisa. *Canto IV de Os Lusíadas e Mensagem: Um estudo da intertextualidade*. 2010. Disponível em: http://www.revistacamoniana.ufv.br/arearestrita/arquivos_internos/artigos/Artigo_Elisa_Guimaraes_diagramado.pdf Acesso em: 04/11/2017.

MENESES, Hugo Lenes. *Breve análise comparativa entre Os Lusíadas e Mensagem*. 2007. Disponível em: <http://www.portalentretextos.com.br/noticias/breve-analise-comparativa-entre-os-lusiadas-e-mensagem,205.html> Acesso em: 04/11/2017.

PESSOA, Fernando. *A Nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada*. 1912. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/3090> Acesso em 28/04/2018.

PESSOA, Fernando. *Mensagem: Obra Poética I*; organização, introdução e notas Jane Tutikian. Porto Alegre: L&PM, 2017.

VICHINSKY, Flávio Garcia. *Os Lusíadas e o Marialvismo na Escola Nova de Salazar*; Revista Desassossego 7. São Paulo, 2012.